

Comunicação institucional da política externa: análise das notas à imprensa dos cem primeiros dias de mandato de Lula III

Institutional communication of foreign policy: analysis of press releases on the first hundred days of Lula's third presidency

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.133630>

Nayanna Sabiá de Moura

Universidade Federal de Pernambuco, João Pessoa, Brasil

nayannasabia@hotmail.com  

Murilo Mesquita

Universidade Federal de Pernambuco, João Pessoa, Brasil



Julia Silva Rensi

Universidade Federal de Pernambuco, João Pessoa, Brasil

juliarensi@gmail.com  

Resumo

Quais as principais pautas das comunicações institucionais do Ministério de Relações Exteriores (MRE), durante os 100 primeiros dias, do mandato de Lula III? Desde esta pergunta, a pesquisa trabalha com a hipótese descritiva de que as Notas à Imprensa são expressões da comunicação pública que indicam tendências para a política externa do Governo Lula III, porquanto são fontes analíticas para conhecer a relação entre política externa e opinião pública. Esta pesquisa instrumentaliza uma hipótese descritiva que busca corroborar que as Notas à Imprensa, produzidas e publicadas pelo MRE, são expressões da comunicação pública que indicam o direcionamento da política externa brasileira. Espera-se que haja correspondência entre as características gerais das gestões anteriores de Lula, as proposituras do programa de governo e as ações de política externa dos cem primeiros dias do mandato de Lula III. A partir desse entendimento, esse estudo analisou os comunicados emitidos pelo MRE entre os dias 1 de janeiro e 10 de abril de 2023 para traçar algumas tendências centrais na política externa do terceiro mandato de Lula. Quanto aos procedimentos metodológicos, as notas foram submetidas à *Análise de Conteúdo Automatizada* (ACA) para produzir a *Classificação Hierárquica Descendente* (CHD) e a Análise de Similitude. Como resultado, observou-se que as notas publicadas foram preponderantemente vinculadas às relações bilaterais. Com a ACA, a CHD demonstrou maior relevância dos mecanismos de integração regional, enquanto a Análise de Similitude demonstrou a importância dada pelo MRE à cooperação.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira; Lula III; Notas à Imprensa.

Abstract

What are the most relevant guidelines for the institutional communication of the Ministry of Foreign Affairs of Brazil, during the first 100 days of Lula's third presidency? From this question, the research works with the descriptive hypothesis that the Press Releases are expressions of public communication that indicate trends in the foreign policy of the Lula III Government, thus being analytical sources to understand the relationship between foreign policy and public opinion. Based on this assumption, this research analyzed press releases published between January 1st and April 10th, 2023, to establish the priorities of Lula's administration in foreign policy. For methodological procedures, the notes were submitted to Automated Content Analysis (ACA) to produce Descending Hierarchical Classification (CHD) and Similitude Analysis. As a result, the notes were predominantly linked to bilateral relations. With the ACA, the CHD demonstrated the greater relevance of regional integration mechanisms, while the Similitude Analysis demonstrated the importance of cooperation.

Keywords: Brazilian Foreign Policy; Lula III; Press releases.

Recebido: 30 Junho 2023

Aceito: 15 Novembro 2023

Conflitos de interesse: Os autores não reportaram potenciais conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da Licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilhá-Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

Introdução

A democratização da política externa tem sido vislumbrada, dentre outros elementos, pela ampliação da comunicação pública sobre as atividades governamentais vinculadas à pasta internacional. A partir desse entendimento, as Notas à Imprensa (NI) passaram a ser uma fonte analítica relevante, porém ainda pouco exploradas nos estudos da política externa brasileira. Por isso, esta pesquisa, além de versar sobre a análise dos primeiros dias do novo governo, com a discussão sobre a democratização da política externa brasileira, é guiada pela seguinte questão: quais as principais pautas das comunicações institucionais do Ministério de Relações Exteriores (MRE), durante os 100 primeiros dias, do mandato de Lula III?

De acordo com King, Keohane e Verba (1995), na área de Ciências Sociais, os objetivos de uma pesquisa científica podem ser direcionados à descrição ou à explicação, tanto em estratégias quantitativas como qualitativas. Desta feita, assume-se que as explicações causais se tornam possíveis somente depois de um processo descritivo anterior, capaz de oferecer entendimento robusto sobre as variáveis de interesse para que em estudos posteriores possa estabelecer inferências causais. Portanto, a fase descritiva é uma etapa tão valiosa quanto a inferencial. Assim, em estudos descritivos, o pesquisador sistematiza “informações sobre fatos não observados a partir dos fatos que observamos” (KING; KEOHANE; VERBA, 1995, p. 35). Dessa maneira, torna-se possível identificar quais fenômenos são típicos e quais são *outliers* (KING; KEOHANE; VERBA, 1995, p. 56).

Concatenado com esse entendimento, esta pesquisa instrumentaliza uma hipótese descritiva que busca corroborar que as Notas à Imprensa, produzidas e publicadas pelo MRE, são expressões da comunicação pública que indicam o direcionamento da política externa brasileira. Isso quer dizer que, em um processo lento e gradual, o MRE tem utilizado mecanismos para romper com insulamento burocrático, ao aproximar a sociedade civil, mobilizando a opinião pública em torno dos temas de interesse nacional de política externa.

Espera-se que haja correspondência entre as características gerais das gestões anteriores de Lula, as proposituras do programa de governo e as ações de política externa dos cem primeiros dias do mandato de Lula III. Dito isto, este estudo tem o objetivo de analisar a comunicação institucional do MRE nos cem primeiros dias do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, período em que se manifestam as principais tendências e desafios da gestão presidencial. De modo específico, almeja-se i) descrever as características gerais dos governos Lula (2003-2006 e 2007-2010); ii) identificar as pautas prioritárias da agenda internacional da gestão de Lula III; iii) confrontar a política externa do novo governo, a partir das proposituras para a pasta internacional, apresentadas no programa de governo, com o conteúdo descritivo-analítico das NI, emitidas pelo MRE.

No tocante à coleta de dados, foram utilizadas fontes primárias, as NI, e secundárias, trabalhos acadêmicos da literatura especializada. Utilizando o aporte teórico de Análise de Política Externa (APE), além das contribuições teórico-conceituais da Política Externa Brasileira (PEB), foram analisadas 127 NI emitidas pelo MRE, entre os dias 1 de janeiro e 10 de abril de 2023. As notas foram catalogadas, organizadas e classificadas em uma base de dados, depositada na *Open Science Framework* (OSF)¹ para replicação (KING, 1995). As NI são fontes primárias, uma vez que são produzidas oficialmente por um órgão da administração pública direta. São do tipo aberta, já que o acesso é disponibilizado sem a demanda de autorização (PINTO, 2023, p. 13-18).

Na pesquisa, as NI também são tratadas como expressões da comunicação pública que indicam um sentido às ações de política externa. Por isso, são mensuradas como *proxy*², da variável dependente - ação de política externa – em que pese a possibilidade de aferir o direcionamento às temáticas de interesse dos *decision-makers* (GRIMMER; STEWART, 2013).

¹ Base de dados: <https://osf.io/8dnuy/files/osfstorage/649eb5206513ba0e583a37b5>

² De acordo com as definições da NBR 14653, uma proxy é uma variável capaz de “substituir outra de difícil mensuração e que se presume guardar com ela relação de pertinência, obtida por meio de indicadores publicados ou inferidos em outros estudos de mercado” (ABNT, 2011, p. 8).

Nesse sentido, as NI são medidas razoáveis para o tratamento de estruturas complexas não observáveis (FIGUEIREDO FILHO *et al.*, 2013; DOWDING, 2016).

Portanto, a *ação de política externa* foi medida por meio de uma variável alternativa, *proxy*, conformada pelos elementos textuais da comunicação pública das NI. Sua mensuração se deu a partir de técnicas de Análise de Conteúdo Automatizada (ACA), por meio da qual as NI são catalogadas, organizadas, codificadas e classificadas (CERVI, 2018, p. 9; MESQUITA, 2022). Nesse caso, as notas que indicavam a materialização de ações estratégicas de política externa, foram analisadas por meio de técnicas de ACA, dado que, na pesquisa, as NI são trabalhadas como expressões da comunicação pública que indicam um sentido para compreender a condução de política externa.

Neste processo, espera-se que as comunicações institucionais do MRE correspondam às aspirações do programa de governo Lula III, de modo a oferecer maior amplitude analítica sobre a condução prática da política externa brasileira. Este estudo justifica-se pela importância de conhecer e avaliar as iniciativas institucionais do MRE para a democratização da política externa por meio de uma comunicação institucional que possibilite o aumento do debate público sobre a projeção internacional do Brasil.

Para operacionalizar o desenho de pesquisa, o artigo foi dividido em três seções. A primeira apresenta o referencial teórico sobre Política Externa (PEX) e opinião pública, que orientou a análise. A segunda sedimenta as características do objeto de análise, as NI emitidas pelo MRE. A terceira seção apresenta os procedimentos metodológicos utilizados, bem como os resultados da pesquisa. Ao final, são apresentadas as principais discussões e implicações políticas dos cem primeiros dias de mandato de Lula III.

Política externa brasileira e opinião pública: do insulamento à democratização

Esta investigação adota como base teórica as contribuições da área de APE para examinar a relevância da comunicação pública do MRE por meio das NI. Para tal, torna-se fundamental apresentar um conceito de Política Externa (PEX). Carlsnaes (2002, p. 437) apresenta a seguinte definição:

política externa consiste naquelas ações que, expressas explicitamente na forma de objetivos, compromissos e/ou diretivas e perseguidos por representantes governamentais atuando a partir de suas comunidades soberanas, são direcionados para objetivos, condições e atores - governamentais e não-governamentais - que eles querem afetar e que estão além de sua legitimidade territorial.

Em outras palavras, PEX é um conjunto de preocupações que o Estado detém para, tradicionalmente, sustentar, preservar e realçar seu poder e segurança (BREUNING, 2007). Não obstante, importa observar uma peculiaridade que a torna a PEX distinta de outras *policies*, porque diretamente preocupada com searas relacionadas à identificação e projeção de um interesse nacional ao mesmo tempo que atrelada à própria dinâmica das relações domésticas do país (CARLSNAES, 2002; BREUNING, 2007; KAARBO; LANTIS; BEASLEY, 2013).

Nesse sentido, a concepção sobre o que é PEX está ligada, concomitante, a um cenário de um *jogo de dois níveis*. No nível doméstico, grupos de pressão atuam de modo a fazer com o que o governo persiga seus interesses e políticos jogam de maneira a dar coesão a esses interesses. No plano internacional, governos nacionais buscam maximizar seus interesses em torno de satisfazer a pressão doméstica, bem como angariar recursos para que o Estado atue de maneira soberana (PUTNAM, 1998).

Diante disso, Milani (2015, p. 60) defende que PEX apresenta uma natureza *sui generis*: ao mesmo tempo em que é Política de Estado, é política pública. Devido essa particularidade, Lima (2005) observa que o conceito de PEX está inserido em uma relação *input-output* vinculado ao processo decisório sujeito a pressões sistêmicas e regionais, que abarcam temas de segurança, econômicos e políticos, bem como temas específicos dos interesses das facções domésticas que constituem

o Estado. Dessa maneira, quando essa política é operacionalizada como Política de Estado, ela está, historicamente, atrelada às elites políticas estatais, o que faz com que seja alçada fora dos controles democráticos e do escrutínio público, o que permite lançar a ideia de uma política estanque, coerente e constante (CARLSNAES, 2002).

Todavia, alguns pontos de inflexão, como o avanço da interdependência, o fim da Guerra Fria, fizeram com que a ideia de constância desaparecesse ou, ao menos, fosse severamente abalada. Um dos motivos decorre do aumento do escopo horizontal e vertical de agentes que atuam na área. Por exemplo, horizontalmente, além dos Ministérios de Relações Exteriores dos países, outros ministérios, passam também a atuar dentro dos limites de produção de política externa. Verticalmente, instâncias subnacionais, como secretarias estaduais, grupos empresariais, passam a atuar de modo a também produzir política externa (HUDSON; VORE, 1995; KAARBO; LANTIS; BEASLEY, 2013).

Dessa forma, o processo decisório que envolve a produção de política externa se torna cada vez mais complexo, pois atrelado a vários atores e canais de comunicação que afetam os *inputs* pertinentes ao seu processo de formulação, o que, invariavelmente, reage nos *outputs* pretendidos. Diante dessa complexidade, concebe-se a dificuldade de uma definição pacífica para um conceito premente às relações interestatais e produzido em meio a uma intrincada rede de atores que se diversificam horizontal e verticalmente. Todavia, ao fim e ao cabo, política externa é uma política *sui generis*, porque abarca a complexidade social de uma política pública, mas reivindica a perenidade de uma política de Estado. A partir desse entendimento, torna-se possível compreender a relação entre PEx e opinião pública, explorada nas próximas subseções.

Formação da unidade decisória em política externa

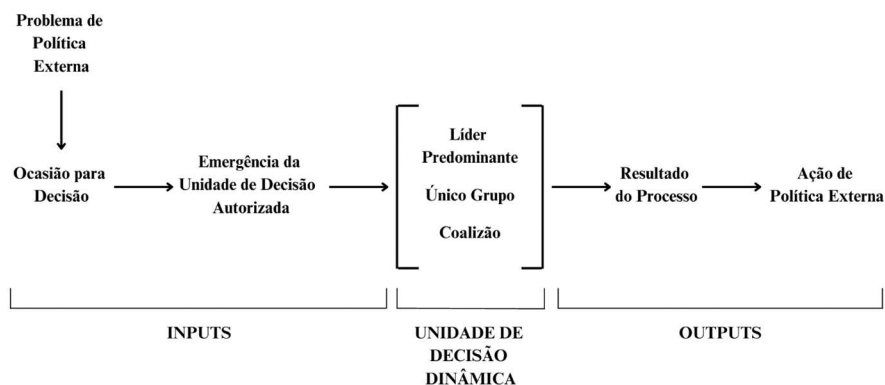
Conforme observado, a produção de política externa, no sentido de política pública, atualmente é multifatorial e envolve unidades decisórias que podem e são categorizadas em função de dois conjuntos de fatores: (i) a capacidade e autoridade dos agentes; e (ii) e o *output* pretendido, que pode ser um comportamento (ato ou fala) ou prática (um conjunto de comportamentos) (HERMANN, 2001, p. 47). Em função desses fatores configuram-se três modelos tipos-ideais de unidades decisórias que compõem o círculo decisório da produção de política externa: o líder predominante, o grupo simples e a coalizão de atores autônomos (HERMANN, 2001, p. 53).

O entendimento dessa estrutura decisória implica observar a produção de política externa a partir da resposta para duas perguntas: (i) quem a formula? e (ii) como está articulada à política doméstica? (HERMANN, 2001, p. 53). Para Breuning (2007, p. 164), “em última análise, são os líderes que tomam decisões de política externa. São eles que comprometem seus países e seus recursos com determinados comportamentos de política externa³”.

É certo, todavia, que os resultados esperados de uma decisão não são automáticos e dependem sempre de uma conjuntura e de fatores que extrapolam as fronteiras nacionais. De tal forma, importa a resposta à segunda questão. Nesse caso, o esquema de Hermann na Imagem 1 é útil, porque associa diretamente um problema de política externa (*input*) a uma ação de política externa (*output*). É entre esses dois vetores que o processo decisório ocorre e envolve os líderes. Como uma estrutura, esse processo possui 4 etapas: a ocasião para decisão, a emergência de uma unidade decisória com autoridade, a constituição da unidade decisória e o resultado do processo (HERMANN, 2001, p. 52).

³ Trecho original: “It is ultimately leaders who make foreign policy decisions. They are the ones committing their countries and its resources to certain foreign policy behaviors”.

Imagem 1 – Processo para a tomada de decisão em Política Externa



Fonte: Adaptado de Hermann (2001, p. 52, tradução nossa).

Em face desse aporte teórico sobre o que é PEx e da importância dos indivíduos em sua construção, o trabalho segue para referenciar o vínculo da política externa com a opinião pública. Com a globalização, os efeitos da opinião pública, notadamente já percebidos no âmbito doméstico, começam a ser vislumbrados também na pasta internacional. São searas que passaram a se afetar de modo recíproco, visto que são capazes de constranger e de influenciar o comportamento dos atores envolvidos no processo decisório (FARIA, 2008).

Os estudos sobre essa interconexão ganharam força a partir de pesquisas nos EUA, que se dedicaram à comoção que a opinião pública exerceu sobre os parlamentares estadunidenses, durante a guerra do Vietnã (SOBEL, 2001). Desde então, as investigações passaram a analisar a relação da opinião pública com outros elementos políticos, a exemplo da condição democrática e da dinâmica política institucional interna de cada Estado, por meio das coalizões de poder das instâncias decisórias (RISSE-KAPPEN, 1991).

Dito isto, as NI emitidas pelo MRE representam um esforço institucional para ampliar a comunicação pública do governo. Assim, seu conteúdo pode ser um *proxy* que permite a avaliação sobre o direcionamento das ações de política externa.

Notas à Imprensa: democratização da comunicação institucional do MRE

Aos auspícios do Barão do Rio Branco, a pasta internacional assume contornos profissionalizantes, de modo a distanciar-se das dinâmicas patrimonialistas do período imperial (CHEIBUB, 1985). Ainda que marcada por nuances do personalismo rio-branquino, com seu perfil carismático, o MRE, ao longo do século XX, adquire um caráter mais burocrático e racional, o que confere à pasta uma expertise operacional e técnica, resistindo, em grande medida, à variabilidade político-partidária de diversas gestões presidenciais (CHEIBUB, 1985; NUNES, 2003). Tal processo é alcunhado na literatura especializada como um encapsulamento ou insulamento ministerial (FARIA, 2008).

Nunes (2003) pondera que o *insulamento burocrático* faz parte de uma gramática política que conformou o Estado brasileiro. Mobilizado pelas elites, trata-se de uma estratégia antidemocrática que blindou a pasta de quaisquer influências populares e de cunho político e partidário, além de distanciar-la dos mecanismos de responsabilização. Apesar disso, não se trata de um processo apolítico, visto que se sustenta por meio da anuência de grupos de interesse e de elites políticas, que possuem um projeto de patronagem a ser implementado.

Faria (2008) atribui que esse processo se deve à preponderância do Poder Executivo no processo decisório, oferecendo ao Congresso Nacional uma posição mais marginal de anuência *ex post*. Além disso, o corpo institucional do MRE adquiriu um capital social significativo, o que garantiu deferência à pasta, elevando o *status* da diplomacia nacional. Essa conjuntura, somada à baixa politização das matérias internacionais, caracterizou, historicamente, o MRE como uma caixa preta.

A partir da década de 1990, o MRE iniciou um processo de horizontalização. Com a redemocratização, o insulamento e o clientelismo são drasticamente reduzidos, ao passo que o *universalismo procedimental* se fortalece, mediante um racionalismo burocrático com forte apreço pela legalidade e pelo *checks and balances*, permitindo manifestações democráticas e a participação popular (NUNES, 2003).

Tal mudança pode ser atribuída à interdependência temática da agenda internacional, que leva o MRE a dialogar com outras instituições governamentais. Além disso, considera-se que houve ampliação da diplomacia presidencial, minorando, em certa medida, a concentração do poder ministerial sobre os temas internacionais. Em sentido amplo, essas transformações se vinculam a uma maior percepção social sobre os impactos da política externa na dinâmica doméstica, confluindo para o aumento da internacionalização de governos subnacionais, criação e difusão de *think tanks*⁴ e até mesmo divulgação das ações governamentais com a criação de perfis do MRE em redes sociais (FARIA, 2012; FARIAS; RAMANZINI JÚNIOR, 2015).

Um sintoma claro da recondução democrática na dinâmica institucional do MRE é a abertura do arquivo histórico à pesquisa pública. A partir da Portaria publicada em 27 de agosto de 1992 (MRE, 1992), o MRE assimila as diretrizes da política nacional de arquivos públicos, determinadas no Art. 17 da Lei nº 8.159/1991, ao permitir a divulgação de registros diplomáticos que expressem valor histórico (BRASIL, 1991).

Desde a década de 1990, abre-se caminho para a diluição da caracterização de *insulamento* ministerial, conferindo um certo mecanismo de *accountability* institucional (NUNES, 2003; FARIA, 2012). Ainda que haja controle do MRE a respeito do que pode ou não ser exposto, a partir das classificações dos documentos – ostensivo, reservado, confidencial, secreto, ultrassecreto (MRE, 1992) – o acesso à informação por parte de grupos internos amplia o debate e o olhar público para a agenda internacional (LOPES, 2011).

Em consonância aos aspectos de *accountability* institucional e à concepção de política externa como uma política pública (MILANI; PINHEIRO, 2013), as ações governamentais são planejadas e divulgadas com base na primazia do interesse público. Entende-se que o objetivo do MRE, ao divulgar notas periódicas sobre as ações governamentais, é manter-se alinhado com as características da comunicação pública, da prestação de contas e do direito de acesso à informação.

Neste sentido, é fundamental pontuar que o MRE nem sempre publicou as notas informativas de modo frequente⁵ e ordeiro. A primeira nota disponível na plataforma data de 1997, enquanto a segunda foi publicada sete anos⁶ depois. Tamanho descompasso foi sendo paulatinamente sanado, de modo que, a partir de 2011, houve frequência e cadência do órgão no tocante às publicações das NI.

Em democracias liberais, a transparência é fundamental e precisa estar em consonância com os meios adequados de acesso ao conteúdo divulgado, com linguagem compreensível para sociedade e não apenas para um grupo especializado (DUARTE, 2007, p. 64-65). Na Constituição Federal de 1988, no Art. 37 (BRASIL, 1988), o princípio da publicidade torna-se imperioso na condução da Administração Pública. Desta feita, a transparência ativa, enquanto obrigação de publicizar os atos governamentais, ainda que não haja requisição expressa, passou a ser salvaguardada no Art. 3º da Lei nº 12.527/2011 (BRASIL, 2011).

A divulgação de informações representa uma etapa inicial, que antecede à formação de um debate público sobre um determinado tema (FIGUEIREDO; CERVELLINI, 1995, p. 177). Portanto, a movimentação institucional do MRE para a publicização dos feitos da pasta internacional representa um sintoma de diálogo e de abertura ao *accountability* político, apresentando resultados de ações governamentais. Assim, cumprindo o requisito inicial, com o compartilhamento de informações, torna-se possível mobilizar a opinião pública.

Com íntima relação com o direito à informação, as NI divulgam a ação governamental de condução da política externa para qualificar o debate social sobre a pasta. É fundamental pontuar que essas estratégias de publicização não

⁴ Faria (2012) atribuiu grande importância à Fundação Alexandre Gusmão como vetor de disseminação de estudos sobre política externa.

⁵ Os Cadernos de Política Exterior, publicados pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), também foram afetados por publicações desperiodizadas.

⁶ Quantidade de NI por ano: 1997 (1 nota); 2004 (1 nota); 2005 (3 notas); 2008 (3 notas); 2010 (1 nota).

podem ser confundidas com mecanismos panfletários de propaganda governamental ou até mesmo de endosso à clivagem ideológica dos líderes políticos em mandato. Neste sentido, a *comunicação pública* se desenvolve enquanto imperativo democrático. É um ofício da Administração Pública para melhorar a participação da sociedade, ampliando as possibilidades de pluralismo político, na medida em que permite o acompanhamento do que é feito pelo governo (DUARTE, 2007, p. 59-64).

Em consequência, a comunicação pública exerce uma função social importante para o *accountability*, visto que se conforma como um dos mecanismos para o exercício da cidadania. Ao tornar as movimentações políticas sob o domínio público, permite que a sociedade participe por meio da regulação e da fiscalização popular sobre os procedimentos governamentais (ZÉMOR, 2003). Por isso, em contextos democráticos, são assimiladas como fontes oficiais, tanto pela confiabilidade de seu conteúdo quanto pela transparência ativa (BRASIL, 2011), que deve ser entendida como o dever de divulgar, independentemente da requisição formal do cidadão para ter acesso à determinada informação, sendo, portanto, uma obrigação do Poder Executivo comunicar à sociedade a condução da política externa, assimilada como política pública. Assim, exige-se um planejamento institucional para documentar, organizar e disponibilizar as informações sobre a pasta.

Coadunado com esse entendimento, as Notas à Imprensa podem ser assimiladas enquanto estratégias de comunicação pública. São divulgadas no site institucional do MRE, permitindo que o cidadão acesse diretamente seu conteúdo, mediante o acesso à internet. Para além da relação direta com a sociedade, as NI sevem ao propósito de comunicar as ações de política externa para os meios de comunicação em massa, que podem projetar, em maior escala, as movimentações políticas que são de interesse público, oferecendo maior notoriedade para a pauta internacional. De modo complementar, as NI podem revelar nuances do *ethos* institucional do MRE, no tocante aos protocolos diplomáticos e à linguagem adotada, o que contribui para o desinsulamento do órgão. Dessa forma, estudiosos da área assimilam melhor o *modus operandi* da política institucional do Itamaraty.

Destarte, enquanto comunicação pública, as NI desempenham um papel fundamental no processo de democratização da política externa, fomentando a participação da sociedade civil e a formação da opinião pública (RISSE-KAPPEN, 1991; DUARTE, 2007), que tem sido tratada nas Relações Internacionais como uma força profunda que influencia as tomadas de decisão (MANZUR, 1999, p. 30).

A este respeito, importa registrar que opinião pública não é necessariamente o somatório das impressões individuais de uma sociedade, mas de um grupo político que adquire projeção de fala, mediante influência ou acúmulo de poder (BOURDIEU, 1980). Assim, determinadas opiniões passam a ser performadas como sendo uma visão comum e majoritária, ainda que esta concepção seja uma falácia. Apesar da complexidade do conceito, Manzur (1999, p. 30-31) apresenta a aceção de que:

opinião pública é o conjunto das correntes de pensamento expressas em um país em determinado período. Com isso, engloba a expressão de grupos definidos politicamente (como, por exemplo, o Parlamento, ou os partidos políticos), economicamente (as elites, as camadas populares) e socialmente (os movimentos sociais, dentre os quais associações, grupos religiosos, militares), naquilo em que apresentem um consenso, uma unidade em torno de posições definidas. Muito relevante na construção desse conceito é também o papel da imprensa, que tanto espelha quanto induz a formação de opiniões e tendências.

Dito isso, a *comunicação pública* exerce um papel relacional entre o governo, a imprensa e a sociedade civil, auxiliando na publicidade de temas importantes para a formação da opinião pública. Assim, as NI, emitidas pelo MRE, fazem parte de uma estratégia ministerial de aproximação da sociedade civil, tanto com o objetivo de estabelecer um canal oficial para ampliar a transparência da atividade pública, como para pautar interesses de política externa.

Da política externa ativa e ativa ao isolamento internacional

Nesta seção são apresentadas as principais diretrizes de política externa que foram implementadas durante as gestões presidenciais de Lula (2003-2006; 2007-2010) e, brevemente, das gestões que antecederam o governo atual: Dilma, Temer e Bolsonaro. Assim, pretende-se confrontar a política externa do novo governo a partir das proposituras para a pasta internacional, apresentadas no programa de governo, com o conteúdo descritivo-analítico das NI, emitidas pelo MRE.

Dito isto, decifrar a política externa desenvolvida durante o governo Lula I reivindica a priori compreendê-la conforme a noção de Constância Relativa de J.F.S. Saraiva (2005). Essa Constância é pautada pela noção de defesa da integridade física e de soberania territorial (LIMA, 2005) e constitui a diretriz do princípio do pragmatismo, cujas ideias-força são o (i) não-alinhamento automático e (ii) a inexistência de aliados preferenciais (LIMA; MOURA, 1982, p. 351). Para Vigevani e Cepaluni (2011, p. 130), essa assertiva é importante porque demarca o aspecto dominante e histórico da política externa brasileira, que envolve desenvolver economicamente o país ao mesmo tempo em que busca autonomia.

Diante disso, o governo Lula I, embora não tenha instrumentalizado uma ruptura significativa com a política externa desenvolvida no governo FHC, apresenta uma mudança de ênfase dada às parcerias abertas durante o governo do seu antecessor. Sendo assim, Vigevani e Cepaluni (2011) elencam quatro mudanças percebidas durante a primeira gestão Lula: (i) a busca de um maior equilíbrio internacional; (ii) o fortalecimento de relações bilaterais e multilaterais para aumentar o peso do país nas negociações internacionais; (iii) o aprofundamento das relações diplomáticas com países estratégicos para diminuir o gargalo tecnológico, militar, econômico e financeiro; (iv) o evitar acordos de longo prazo que pudessem minar o objetivo de desenvolvimento.

Ao assumir o cargo de Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim afirmou que a Política Externa daquele governo seria ativa e ativa, ou seja, o país buscaria protagonismo no âmbito internacional e não aceitaria a imposição das demandas das grandes potências em detrimento dos interesses nacionais brasileiros. Dentro dessa estratégia, a liderança brasileira poderia ser alcançada por meio de uma ação diplomática mais ativa e dinâmica em função da continuidade da defesa de temas universais, bem como pela importância regional do país (VIGEVAANI; CEPALUNI, 2011, p. 143).

Nesse sentido, o segundo mandato de Lula reforçou uma escolha de autonomia evidenciada pela manutenção e maior aproximação com países emergentes como China e Índia. De tal forma, ao longo das duas primeiras gestões adotou-se uma estratégia de caráter autonomista na política externa: a estratégia da Autonomia pela Diversificação, que buscou o desenvolvimento econômico ao mesmo tempo que tratou de preservar a autonomia política do país (LIMA, 2005; VIGEVAANI; CEPALUNI, 2007). Este princípio se concretiza na ênfase dada à integração regional, na formação de coalizões entre países do Sul Global no âmbito da OMC e na retomada da candidatura do Brasil a membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

Ciente desses marcos gerais que caracterizam a política externa dos governos de Lula, importa registrar que o primeiro mandato ocorreu em um contexto internacional marcado pela pauta da segurança desde os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, assim como, pela ampliação do unilateralismo estadunidense. É dentro desse contexto, que a opção pela autonomia pela diversificação, desde o início da gestão, faz com que o governo equilibre a manutenção de boas relações com países centrais e ações voltadas ao Sul Global (VIGEVAANI; CEPALUNI, 2007).

A integração regional na América do Sul foi inicialmente movida pela convergência entre os pontos de vista dos presidentes, que buscavam aliar o crescimento econômico à justiça social. Esse escopo pós-neoliberal foi a base para a formação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Apesar do impulso inicial, ao longo dos mandatos percebeu-se que existiam diferentes expectativas sobre os rumos dos processos de integração regional entre os Estados-membros e entre atores domésticos formuladores de política externa.

No âmbito do MRE, destacam-se duas visões sobre o processo de integração: a dos autonomistas, que apostavam no papel de liderança regional brasileira e na criação de uma grande área de livre comércio; e a dos liberais ou institucionalistas pragmáticos, favoráveis à abertura econômica mais robusta e uma liderança regional mais discreta. Saraiva (2010) aponta que houve uma ruptura entre as correntes de pensamento autonomista e liberal nos Governos Lula, assim como, a diminuição do peso do Itamaraty frente a ala progressista mais próxima ao PT, que apoiava uma integração não apenas no âmbito econômico e comercial, mas também, em termos políticos e sociais. Esses aspectos teriam resultado em avanços tímidos no processo de integração.

Na esfera da política internacional houve uma grande mobilização em torno da campanha pela reforma do CSNU. Neste sentido, o governo trabalhou na formação de alianças com outros candidatos à cadeira permanente, como Alemanha, Japão e Índia. Tendo em vista a centralidade do debate sobre terrorismo no CSNU na época, o Brasil buscou contornar este tema ao focar em um entendimento mais amplo de segurança - segurança alimentar e segurança humana - no qual teria expertise. O governo empenhou-se também em comprovar a sua capacidade de liderança ao assumir o comando da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah) (HIRST, 2012). Apesar dos esforços, os projetos de reforma do CSNU foram enfraquecidos ao longo do segundo mandato do Governo Lula.

No que diz respeito às negociações comerciais multilaterais no âmbito da OMC, destaca-se a formação de alianças como o G-20 e o IBAS (Índia, Brasil e África do Sul). O IBAS foi oficializado formalmente na Declaração de Brasília, que firmou um compromisso por uma ordem social e econômica mais justa e igualitária. Quanto às parcerias comerciais, destaca-se ainda a crescente importância da China na balança comercial brasileira e o reconhecimento desta enquanto economia de mercado na OMC (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

No aspecto econômico, os dois mandatos foram marcados pela alta de preços das matérias primas (alimentos, petróleo, metais, energia), que ficou conhecido como *boom* das commodities, explicado pela crescente demanda destes produtos pelas economias emergentes, em especial pela China, o que possibilitou o crescimento econômico no período, desencadeando geração de empregos, elevação dos salários e receitas públicas. O aquecimento da economia, somado aos investimentos públicos provenientes do aumento das receitas, resultaram na queda da pobreza e da desigualdade social (BALAKRISHNAN; TOSCANI, 2018). As políticas sociais implementadas tiveram um impacto importante na seguridade social e obtiveram reconhecimento no âmbito internacional, em especial, o programa de transferência de renda Bolsa Família e as políticas de combate à insegurança alimentar do Fome Zero (BALAKRISHNAN *et al.*, 2021).

Somado a este aspecto, Visentini (2013) aponta que a crise financeira de 2008 atingiu fortemente as economias do Norte Global, em especial, os Estados Unidos e a Europa, possibilitando um poder de barganha temporário para países em desenvolvimento que foi convertido em forças capazes de definir a agenda política da época.

Nesse contexto, o fortalecimento das correntes autonomista e progressista no processo de formulação de política externa levaram à aproximação de países emergentes, pois, segundo esses grupos, o Brasil guarda algumas semelhanças em relação às dimensões continentais, à população, à riqueza em recursos naturais e ao nível de crescimento econômico (SARAIVA, 2010). Estas semelhanças foram notadas também por investidores estrangeiros a partir da publicação do ensaio "*Building Better Global Economic BRICS*" de Jim O'Neill, analista da agência de investimentos Goldman Sachs, o que impulsionou a consolidação dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) (VISENTINI, 2013). A aproximação do Sul Global ficou evidente no âmbito multilateral, nas articulações de posições comuns no G-20 e no IBAS, mas também nos projetos de cooperação com países africanos e latino-americanos.

O início do primeiro mandato da Presidente Dilma Rousseff (2011-2014; 2014-2016) apontava um caminho de continuidade em relação aos princípios e conceitos que guiaram a política externa dos governos Lula (SPEKTOR, 2014; SARAIVA, 2014). No âmbito do Itamaraty, o grupo autonomista manteve-se em cargos-chave no MRE, e perspectivas desenvolvimentistas foram fortalecidas. No entanto, o comportamento do Brasil passou por transformações e uma notável

diminuição em sua atuação internacional. Essa mudança foi moldada tanto pela situação econômica global quanto pela nova dinâmica do processo decisório.

O fim do *boom* das commodities e a desaceleração no crescimento da economia chinesa trouxe uma nova conjuntura para a inserção internacional brasileira ao longo dos dois mandatos da Presidente Dilma. Somado a isto, a recuperação econômica nos Estados Unidos e na zona do euro acabou por limitar as oportunidades de ação para os países emergentes. Apesar das mudanças no contexto internacional, Cervo e Lessa (2014) elencam que foram alguns fatores internos àqueles que determinaram um declínio na posição brasileira, quais sejam: i) a diminuição do diálogo entre o Estado e os setores dinâmicos da sociedade; ii) a perda de confiança por parte de investidores nacionais e estrangeiros no governo; iii) a fragilização de estratégias inovadoras para atrair agentes externos, bem como o entrave na gestão pública; iv) o aumento do protagonismo da Rússia e da China dentro do grupo BRICS.

Para Cervo e Lessa (2014), esse conjunto de fatores contribuiu para a deterioração dos indicadores que medem a presença e a influência econômica, política e geopolítica do Brasil no cenário internacional. Dentro dessa conjuntura, a perda de protagonismo ficou visível diante da participação em organismos multilaterais, em especial, no âmbito comercial. O comércio internacional ao longo dos mandatos da Presidente Dilma foi marcado pela crise do multilateralismo e um reforço dos acordos bilaterais, o que é evidenciado pela queda da competitividade sistêmica e do ritmo de crescimento da economia brasileira, observados mediante o declínio dos investimentos internos e a ausência de políticas de promoção ao comércio exterior. Nada obsta, todavia, observar que dois setores mantiveram certa estabilidade no período: o agronegócio e a internacionalização de empresas brasileiras.

Outrossim, o segundo mandato de Rousseff foi marcado pela deterioração dos indicadores econômicos e pela crise política que desencadeou o seu processo de *impeachment*. Neste contexto, o então vice-presidente, Michel Temer (2016-2018), assumiu interinamente a Presidência da República e buscou marcar uma diferença em relação às ações de política externa dos governos do Partido dos Trabalhadores, qual seja: recuperar o protagonismo do comércio exterior. Nesse sentido, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX) ganhou protagonismo dentro do Itamaraty. Destacam-se ainda os esforços para priorizar a negociação de acordos bilaterais diante da paralisia do multilateralismo comercial da OMC. Assim, foi evidente, durante o Governo Temer, a intenção de dar prioridade ao aspecto comercial em detrimento das esferas política e social (SARAIVA; VELASCO JUNIOR, 2017).

O Governo Bolsonaro (2019-2022) teve início com a promessa de uma grande revisão nos princípios e diretrizes que guiaram a política externa durante a era petista. Ademais, para além de uma política externa revisionista, o período foi marcado por um alinhamento ideológico com governos da extrema-direita internacional; pelo distanciamento dos parceiros tradicionais; pela perda de liderança no entorno regional e ainda pela diminuição do engajamento em instituições multilaterais (CASARÕES, 2020; HIRST; MACIEL, 2022; ALBUQUERQUE; SARAIVA, 2022).

Quanto aos atores no processo decisório, Silva e Saraiva (2019) e Casarões (2020) argumentam que, ao longo do mandato, construiu-se uma tensão entre um grupo de atores favoráveis às mudanças mais amplas, o grupo ideológico, e outro grupo pragmático, que visava ganhos tangíveis e a estabilidade no longo prazo. A ala ideológica era composta por atores influenciados por Olavo de Carvalho, o Deputado Federal Eduardo Bolsonaro, o Chanceler Ernesto Araújo e por grupos religiosos neopentecostais. Já a ala dita pragmática era composta por militares e por grupos econômicos que poderiam ser prejudicados pelo avanço das pautas ideológicas, sendo o principal deles o agronegócio.

Albuquerque e Saraiva (2022) argumentam que, diferentemente dos governos anteriores, a política externa passou a espelhar conflitos internos de maneira mais acentuada, fragmentando o processo de tomada de decisões e reduzindo a influência do Itamaraty. Em situações de conflito entre diferentes grupos de interesse, o governo favoreceu a sua base de apoio mais leal e alinhada ideologicamente, principalmente em questões relacionadas ao meio ambiente, saúde e direitos humanos. Este direcionamento teve um impacto negativo nas relações bilaterais, regionais e multilaterais.

O abandono do multilateralismo, o negacionismo climático e a má gestão da pandemia resultaram na deterioração da reputação do país e no isolamento internacional. Em resposta, houve uma mobilização dos setores pragmáticos em busca do retorno às abordagens tradicionais da diplomacia brasileira. A pressão desses grupos de interesse domésticos somada aos fatores internacionais, como eleição de Joe Biden para a presidência dos EUA e alta possibilidade de derrota no acordo Mercosul-União Europeia, resultaram na mudança do Ministro de Relações Exteriores e na diminuição da influência do grupo familiar do presidente Bolsonaro e dos apoiadores de Olavo de Carvalho no processo de tomada de decisões (ALBUQUERQUE; SARAIVA, 2022; HIRST; MACIEL, 2022).

Destarte, a política externa dos governos Lula I e II foi marcada pelo reforço da visão autonomista, resultando em um olhar mais acentuado para o Sul Global, em uma postura ativa nos fóruns multilaterais em defesa de uma ordem internacional mais participativa, além da busca ativa por uma projeção da América do Sul. Apesar de adotar diretrizes muito próximas, a PEB, durante os dois mandatos de Rousseff, foi marcada pela busca de ganhos tangíveis e uma relativa perda de prestígio internacional. Estas características se devem às mudanças na conjuntura internacional, mas, em especial, à crise política e econômica doméstica. O governo interino de Temer buscou se distanciar dos princípios que guiaram a PEB petista, dando preferência para a pauta comercial. Por fim, o Governo Bolsonaro ficou marcado pelo isolacionismo, pela deterioração da democracia brasileira e pela má gestão da pandemia.

Lula III: plano de governo e a retomada da inserção internacional

De acordo com Hirst (2023), o terceiro mandato de Lula, iniciado em 1 de janeiro de 2023, sinaliza para uma reversão ao isolamento internacional, no qual o Brasil se inseriu na gestão de Jair Bolsonaro (2019-2022). Há uma movimentação de engajamento nos temas que tradicionalmente são pautas prioritárias da política externa brasileira, a exemplo da valorização dos direitos humanos e da promoção do desenvolvimento. Ademais, concede-se um olhar para a revitalização dos processos de integração regional, indicando uma concertação política junto à Venezuela, com o objetivo de reinserção do país na arena política regional, além do fortalecimento das relações com a Argentina, outrora desestabilizadas por divergências de cunho político-ideológico.

A estratégia de política externa a ser desenvolvida no terceiro mandato de Lula foi formalmente apresentada no Programa de Governo, cadastrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em agosto de 2022. No documento, há clara menção à recuperação de uma posição sistêmica de prestígio, com atuação multilateral, em organismos internacionais, bem como pelo fortalecimento de parceiros estratégicos em relações bilaterais. Os anseios do governo podem ser sintetizados no esforço para “recuperar a política externa ativa e altiva que nos alçou à condição de protagonista global” (TSE, 2022, p. 17).

Ademais, a retomada da diversificação das parcerias (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007) como mecanismo para fortalecer a autonomia, que conformou a política externa dos mandatos anteriores de Lula, é delineada pelo anseio de aproximação regional com a América Latina e com a África. O eixo regional foi apresentado como prioritário, em consonância com o imperativo constitucional do Art. 4º da CF/1988. Em tais circunstâncias, os mecanismos de cooperação e de reciprocidade são mencionados como instrumentos de atuação, especialmente quando se trata de assistência aos brasileiros que vivem no exterior (TSE, 2022, p. 17-18).

Para compor o governo, depois das eleições, a burocracia que lida diretamente com a pasta internacional foi composta por atores com notada experiência e que já tinham atuado nas gestões anteriores, a exemplo de Celso Amorim, ministro dos mandatos de Lula I e II, que foi nomeado Assessor-Chefe da Assessoria Especial da Presidência da República (BRASIL, 2023). Para o mandato de Lula III, Mauro Vieira foi designado para comandar a pasta. Cabe destaque também para Maria Laura da Rocha, nomeada Secretária-Geral do MRE, inovação por ser a primeira mulher a ocupar uma posição tão elevada, na hierarquia burocrática do órgão (MRE, 2023b).

A estrutura do MRE também sofreu algumas modificações que retratam as preferências do novo governo. Dado o enfoque no entorno regional, houve o desmembramento da Secretaria das Américas em duas novas secretarias: a Secretaria de América Latina e Caribe (SALC) e a Secretaria de Europa e América do Norte (SEAN), ambas encabeçadas por embaixadoras - Gisela Maria Figueiredo Padovan e Maria Luisa Escorel de Moraes (MRE, 2023a).

Em que pese a análise do governo de Lula III e a retomada de uma política externa ativa e ativa, a próxima seção se debruça sobre a análise qualitativa e quantitativa das NI como uma estratégia de pesquisa para avaliação do direcionamento das ações de política externa.

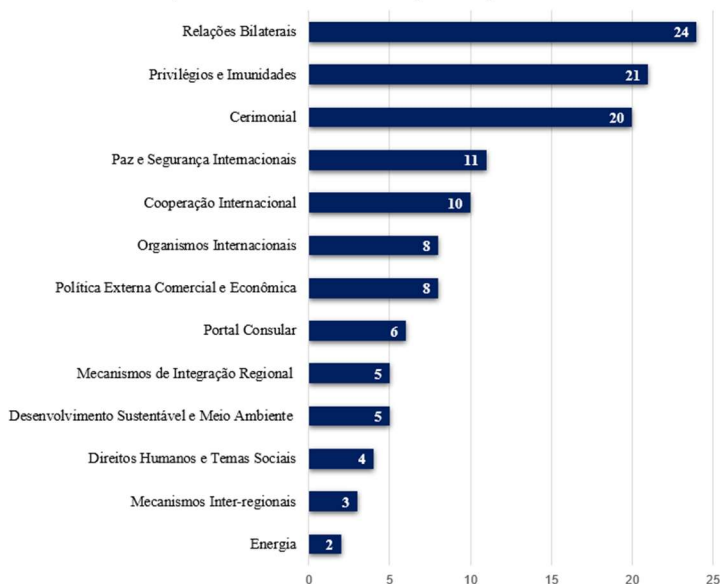
Título de Texto como dado: o que nos dizem as notas à imprensa do MRE

Esta seção descreve os caminhos para o desenvolvimento da pesquisa, cujo propósito foi analisar o conteúdo das NI, emitidas pelo MRE, durante os cem primeiros dias de mandato de Lula III. Inicialmente, são apresentados os critérios para a categorização das notas por assunto. Na sequência, são apresentados os resultados da ACA, utilizando o *software IRAMUTEQ*.

Ao longo dos cem primeiros dias de mandato, o MRE emitiu 127 NI (n=127), publicadas no sítio oficial do órgão. No mês de janeiro, foram publicadas 42 notas; em fevereiro, 32; em março, 44; em abril, até o dia 10 do respectivo mês, quando Lula chegou ao centésimo dia de mandato, foram 9 notas (MRE, 2023a).

Conforme demonstra o gráfico 1, as notas foram catalogadas, organizadas⁷ e classificadas, com o propósito de enquadrá-las nas categorias de assuntos⁸, apresentadas pela própria pasta ministerial. Torna-se fundamental mencionar que, em algumas comunicações governamentais, mais de um assunto foi mencionado. Portanto, nesta etapa, a análise subjetiva dos pesquisadores foi determinante para elencar qual assunto era sobressalente.

Gráfico 1 – MRE: Notas à Imprensa por assunto



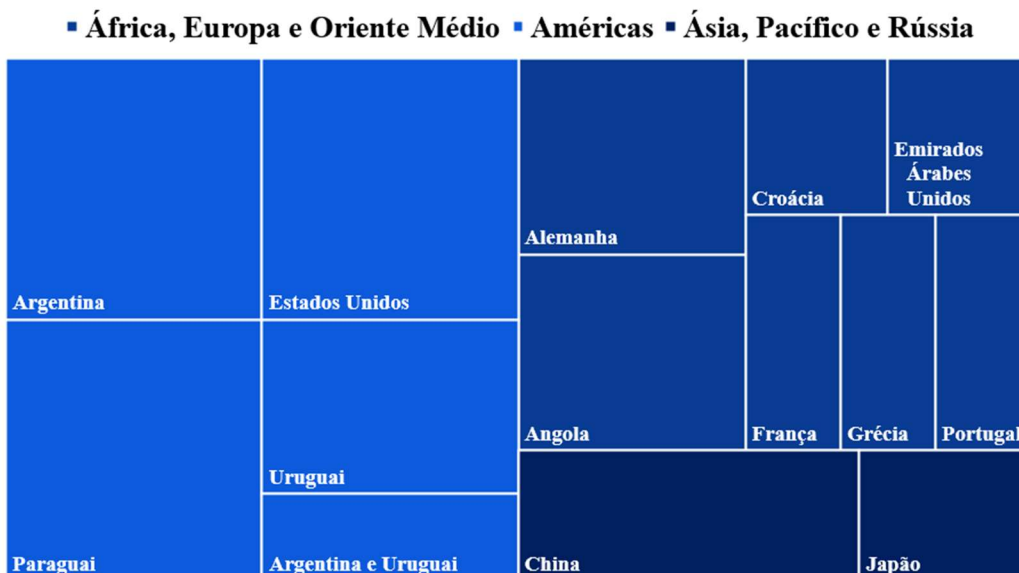
Fonte: Elaborado pelos autores.

⁷ Nas NI nº 40, nº 53 e nº 60, o texto foi publicado em português e em inglês ou espanhol. No entanto, optou-se pela inserção, na base de dados, apenas do trecho em idioma nacional.

⁸ De acordo com a distribuição da pasta em assuntos, existem 18 categorias, a saber: Atos internacionais; Cerimonial; Ciência, Tecnologia e Inovação; Cooperação Internacional; Cultura e Educação; Demarcação de Limites; Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente; Direitos Humanos e Temas Sociais; Embaixadas, Consulados e Missões; Energia; Instituto Rio Branco; MERCOSUL; Mecanismos Internacionais; Palácio Itamaraty; Paz e Segurança Internacionais; Política Externa Comercial e Econômica; Portal Consular; Relações Bilaterais (MRE, 2023a).

As NI sobre as relações bilaterais foram as mais expressivas (n=24), por isso os países com os quais o Brasil se relacionou foram detalhados no Gráfico 2. Ao observar as subdivisões regionais que o MRE utiliza para organizar os trabalhos ministeriais, tornou-se possível perceber um maior relacionamento do Brasil com as *Américas* (n=12), seguindo de *África, Europa e Oriente Médio* (n=9) e *Ásia, Pacífico e Rússia* (n=3). O enquadramento da Nota à Imprensa no assunto Relações Bilaterais, feito pelos autores, ocorreu quando a nota tratava de diversos temas com o mesmo país, gerando uma agenda ampla de trabalho com parceiros estratégicos.

Gráfico 2 – Relações bilaterais



Fonte: Elaborado pelos autores.

Nas *Américas* (n=12), a diplomacia presidencial foi bastante ativa. As relações bilaterais com EUA (n=3), Argentina (n=3) e Paraguai (n=3) foram as mais sobressalentes, com a propositura de parcerias e projetos bilaterais em diversas matérias. Ainda no tocante às Relações Bilaterais, na categoria *África, Europa e Oriente Médio*, o Brasil operacionalizou um maior contato com Angola (n=2) e Alemanha (n=2). Os demais países foram objeto de apenas uma nota (n=1), a saber: Croácia; França; Grécia; Portugal e Emirados Árabes. Por fim, na região *Ásia, Pacífico e Rússia*, as relações bilaterais foram direcionadas à China (n=2), principal parceiro comercial desde 2009 (OLIVEIRA, 2016) e ao Japão (n=1) (MRE, 2023a).

Análise de conteúdo dos cem primeiros dias de Lula III

Na segunda etapa da pesquisa, após a classificação das NI por assunto, fez-se uso de técnicas de ACA, que são “um conjunto de técnicas de comunicação que tem como objetivo a descrição sistemática de conteúdo das mensagens a partir de indicadores quantitativos que permitem fazer inferências sobre as condições de produção” (CERVI, 2018, p. 7).

Esta definição se vincula à abordagem de ACA Básica. Seus aspectos técnicos são detalhados por Krippendorff (2004), Drisko e Maschi (2016) e Mesquita (2022), concebidos como guias para o desenvolvimento dessa investigação. Torna-se elementar considerar que neste tipo de análise, a interferência humana é restringida pelo *software*, que organiza os dados e, em linhas gerais, faz uso da estatística descritiva por meio da aplicação de métodos quantitativos. No tocante à ACA, é comum recorrer a técnicas que possibilitam a dedução frequencial ou analítica com base em categorias temáticas (CAREGNATO; MUTTI, 2006; MESQUITA, 2022). A partir dessa percepção, entende-se que ACA é “uma técnica de pesquisa

para fazer inferências válidas e replicáveis de textos (ou outro assunto significativo) para os contextos de seu uso⁹” (KRIPPENDORFF, 2004, p. 18).

Dado esse aporte metodológico, a ACA é operacionalizada com o *software* IRAMUTEQ, que não usa um livro de códigos ou dicionário, o que inibe uma maior intervenção subjetiva do pesquisador. Em realidade, faz uso do próprio *corpus* empírico para identificar os termos que mais aparecem, mensurando, respectivamente, sua aproximação e distanciamento (CERVI, 2018, p. 9; MESQUITA, 2022). Dito isso, neste estudo, são mobilizadas duas técnicas de ACA, conforme dispostas no Quadro 1.

Quadro 1 – Técnicas de Análise de Conteúdo

Técnica	Objetivo	Meio
Classificação Hierárquica Descendente (CHD)	Obter categorias de palavras a partir de segmentos de textos semelhantes entre si e diferentes de outras categorias;	Dendograma
		Por meio da lematização e teste qui-quadrado, é apresentada a relação entre as classes de palavras de um corpus, dado o seu (i) percentual de composição e sua (ii) a significância estatística (χ^2) no <i>corpus</i> ; sua leitura é feita da esquerda para a direita;
Análise de Similitude	Estabelecer a relação de coocorrências entre cluster de palavras estatisticamente significantes.	Árvore de similitude
		As ocorrências de palavras são apresentadas em função da disposição das suas categorias dentro de um ordenamento específico de importância do centro para a periferia.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

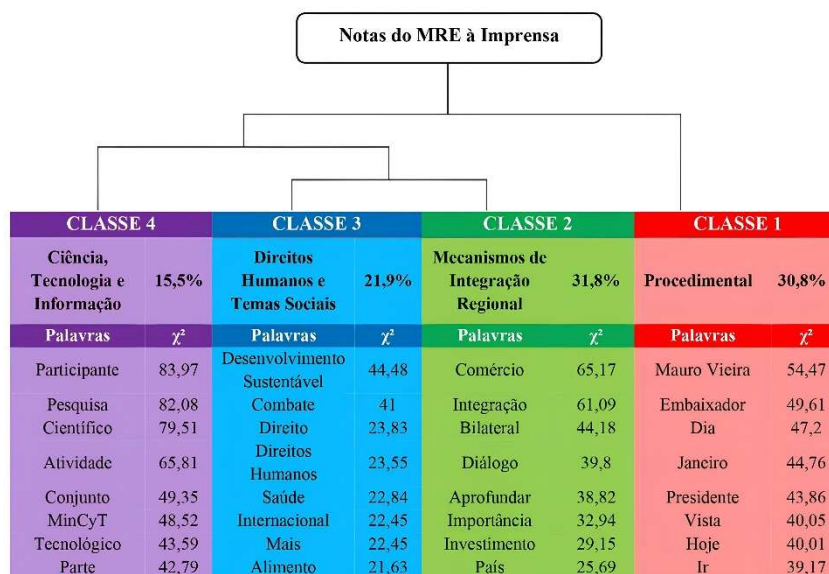
Conforme Mesquita (2022), as técnicas *Classificação Hierárquica de Descendência* e *Análise de Similitude* produzem *clusters* de palavras, que são estruturados pela sua homogeneidade interna e heterogeneidade externa. Com base no Método Reinert, a significância desses *clusters* é avaliada por meio do teste de qui-quadrado (χ^2) e do p-valor <0,0001. Tais instrumentos estatísticos são utilizados para compreender a relação entre os termos presentes nos segmentos de texto, tornando possível examinar a frequência e a quantidade de expressões lexicais. Assim, a associação de proximidade e intensidade entre os termos supera os limites impostos pelo *corpus*, considerando a intensidade de presença desses vocábulos nos diferentes *clusters* formados pelo mesmo *corpus*.

Entretanto, das 127 notas, publicadas pelo MRE, 80 foram selecionadas para a análise do *software*. O critério de seleção estava relacionado à expressa indicação de ações de política externa. Foram excluídas as NI classificadas como assuntos de i) *Cerimonial* (n=20), que albergaram comunicados de pesar, solidariedade, congratulações e agradecimentos, além de informes sobre a organização interna do MRE; ii) *Portal Consular* (n=20), que indicavam assistência a brasileiros no exterior, bem como questões envolvendo a política de emissão de vistos; iii) *Privilégios e imunidades diplomáticas* (n=21), com informes a concessão de agrément.

Com o tratamento dos dados, as 80 notas analisadas geraram 767 segmentos de texto, dos quais, 594 (77,44% do total) constituiu o *corpus* de análise que operado no IRAMUTEQ. A porcentagem, conforme Camargo e Justo (2013) e Camargo (2013), torna válida a inferência descritiva produzida com a CHD, disposta no Dendograma da Imagem 2, e na Análise de Similitude, na Imagem 3.

⁹ Trecho original: “a research technique for making replicable and valid inferences from texts (or other meaningful matter) to the contexts of their use”.

Imagem 2 – CHD das Notas do MRE



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

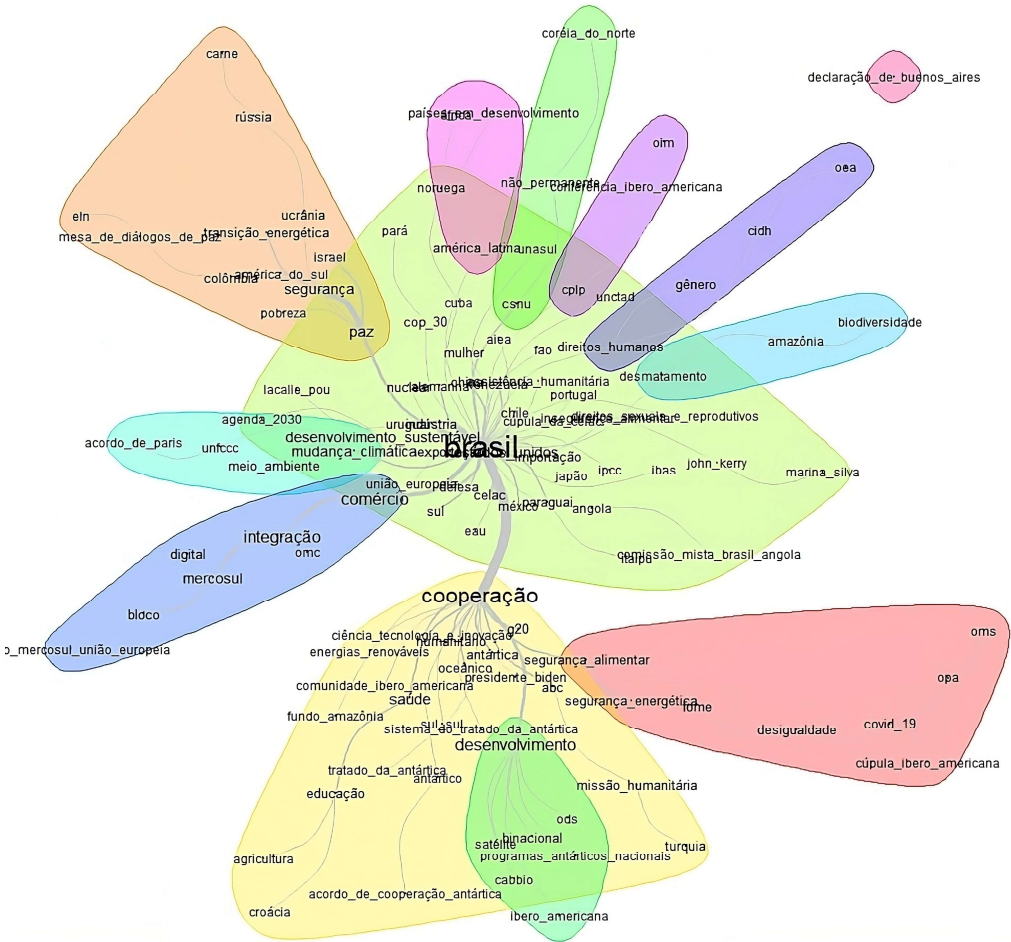
No Dendograma da Imagem 2, constata-se a existência de quatro classes de palavras pertinentes às NI. A Classe 4 (Ciência, Tecnologia e Informação), que compõe 15,5% do corpus, está atrelada às Classes 3 (Direitos Humanos e Temas Sociais), com 21,9% do corpus, e Classe 2 (Mecanismos de Integração Regional), com 31,8% do corpus. As três constituem o eixo central, representando 69,2% do que é tratado nas 80 NI analisadas. Já a Classe 1 (Procedimental), com 30,8% do corpus, é referente à linguagem protocolar dos textos.

Na Imagem 3, a Análise de Similitude apresenta o vínculo textual das palavras, levando em consideração a disposição das categorias dentro de um ordenamento específico de importância¹⁰. A partir da frequência em que aparecem nas NI, foram selecionados 120 termos, conforme orientação teórica da pesquisa e exercício hermenêutico dos pesquisadores, de modo a facilitar a construção e a visualização imagética. Há uma relação de concorrência entre os termos, demonstrando a importância dos atos de fala¹¹. Assim, torna-se possível compreender o ramo discursivo que demonstra, textualmente, projetos e ações políticas de política externa.

¹⁰ Nota-se que, na Análise de Similitude, há uma anomalia relacionada à Declaração de Buenos Aires.

¹¹ Atos de fala são discursos, entendidos como ações ou práticas sociais, proferidos por agentes políticos que agenciam algum tipo poder (institucional, legal ou carismático) e afetam a percepção de uma audiência sobre um objeto referente. Para mais vide: Buzan, Waeber e Wilde, 1998; Balzacq, 2005, 2010, 2011.

Imagem 3 – Análise de Similitude das Notas à Imprensa



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A partir da ferramenta hermenêutica pertinente à Análise de Similitude, observa-se que os discursos das Notas fornecem centralidade à atuação brasileira em torno de alguns ramos temáticos. O ramo preponderante é o de Cooperação Internacional, que está atrelado ao de Desenvolvimento e de Segurança Alimentar e Energética. Na análise, é possível observar mais oito ramos temáticos: i) Comércio e Integração Regional; ii) Mudança Climática e Desenvolvimento Sustentável; iii) Paz e Segurança; iv) América Latina e Países em Desenvolvimento; v) CSNU; vi) Organizações Internacionais; vii) Direitos Humanos, viii) Amazônia com foco na luta contra o Desmatamento.

A partir dessas análises, tornou-se possível a traçar algumas tendências centrais na condução da política externa, sintetizadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Pautas e ações de Política Externa nos 100 dias de Lula III

Pautas	Ação de Política Externa
Reaproximação com a América do Sul	Primeiras viagens internacionais do Presidente à Argentina e ao Uruguai
	Retorno à Unasul e à Celac
	Reabertura da embaixada brasileira na Venezuela
Retomada dos temas de direitos humanos e sociais	Saída do Brasil do Consenso de Genebra
	Atualização do Plano de Segurança Alimentar da Celac
	Apoio à candidatura chinesa para presidir a FAO
Centralidade da pauta ambiental	Candidatura brasileira para sediar a COP-30
	Candidatura brasileira para presidir o IPCC
	Esforços para a preservação da Floresta Amazônica
	Críticas à composição do CSNU

Retomada das questões de segurança e paz internacionais	Proposição de um Clube da Paz para solucionar a Guerra da Ucrânia
Atuação por meio de mecanismos inter-regionais	Fortalecimento das relações com o Sul Global (Sul-Sul)
	Aproximação com G-20, IBAS e BRICS
	Ações da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) para envio de ajuda humanitária à Turquia, Síria e Chile
	Desenvolvimento do Programa Binacional Brasileiro-Argentino de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação
Cooperação Internacional	Desenvolvimento de uma agenda plural com a Argentina para cooperação antártica
	Implementação do III Plano de Cooperação Ibero Americana para cooperação em desenvolvimento sustentável e transição energética

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A partir das análises obtidas, as ações em curso, ilustradas no Quadro 2, demonstram que a comunicação institucional dos primeiros cem dias de governo retoma os princípios que guiaram a política externa nos primeiros mandatos: a autonomia pela diversificação, buscando equilibrar o desenvolvimento econômico e preservar a autonomia política, no sentido de ampliar os vínculos com parceiros não tradicionais e recuperar a pujança de pautas comerciais, com a exportação de commodities; e a política externa ativa e ativa, em que a projeção internacional seria baseada nos interesses nacionais em detrimento das demandas das grandes potências, tanto em pautas ambientais quanto pelo posicionamento mais autonomista na parceria entre o Mercosul e a União Europeia. Vale mencionar que algumas ações estão imbricadas com anseios históricos, a exemplo da reforma do CSNU, além da posição de mediador, que ora se manifesta na crise entre Rússia e Ucrânia. No entanto, a conjuntura geopolítica e econômica do terceiro mandato apresenta constrangimentos e oportunidades diferentes para a aplicação destes princípios.

Considerações finais

Esta pesquisa analisou as 127 NI publicadas pelo MRE durante os cem primeiros dias de mandato de Lula III. Esse estudo realizou uma análise temática, por meio da classificação das notas por assunto, utilizando critérios interpretativos dos pesquisadores, bem como pela ACA, instrumentalizada pelo *software IRAMUTEQ*, mobilizando duas técnicas: CHD e Análise de Similitude.

Como resultado, observou-se que as notas publicadas foram preponderantemente vinculadas às relações bilaterais. Com a ACA, a CHD demonstrou maior relevância dos mecanismos de integração regional, enquanto a Análise de Similitude demonstrou a importância dada pelo MRE à cooperação. Assim, há correspondência entre as características gerais das gestões anteriores de Lula, as proposituras do programa de governo e as ações de política externa dos cem primeiros dias do mandato de Lula III.

Para a execução das agendas preferenciais do governo, a gestão presidencial poderá enfrentar alguns desafios. No âmbito doméstico, a dificuldade de formar coalizão no Congresso Nacional pode retardar ou barrar a aprovação de iniciativas do Poder Executivo. A pauta ambiental também pode sofrer entraves diante dos embates com o setor agropecuário, que possui a maior bancada do Congresso. No domínio internacional, a dependência econômica atrela as possibilidades de crescimento à demanda externa, o que pode ser prejudicado em uma conjuntura inflacionária com alta dos juros estadunidenses.

No desenho de investigação proposto, não há intenção em avaliar o impacto real das Notas à Imprensa na opinião pública, mediante pesquisa empírica, por meio da análise dos veículos de imprensa, da cobertura midiática ou das percepções da sociedade aferida por *surveys*. Em realidade, a estratégia de pesquisa adotou uma Análise de Conteúdo Automatizada para melhor conhecer o conteúdo das Notas à Imprensa, identificando as principais diretrizes de política externa no período analisado. Assim, as NI foram instrumentalizadas como fonte documental primária para a análise, o que, por sua vez, se insere neste debate maior sobre política externa e política pública.

Em consequência, o objetivo da pesquisa foi demonstrar que as Notas à Imprensa, ainda que avaliadas neste marco temporal, são fontes importantes para tornar pública e transparente a condução da política externa, tendo em vista

que fazem parte de uma estratégia de comunicação pública, que busca pulverizar o acesso à informação sobre a pasta, fomentando o debate social, por meio da antecipação de condutas a serem adotadas mediante o detalhamento da agenda diplomática do Poder Executivo, bem como por meio da prestação de contas sobre as estratégias de condução da política externa.

Na medida em que o MRE torna suas atividades públicas, há uma chancela formal para o debate social sobre política externa, cada vez mais compreendida como política pública. A divulgação das NI pelo MRE representa um esforço do MRE em democratizar o acesso às informações de interesse público e em prestar contas à população sobre os posicionamentos e as medidas tomadas pelo governo. Portanto, torna-se possível inferir que o órgão assimila como relevante a atividade de assessoria de imprensa, oferecendo *briefings* que podem ser consumidos diretamente pelo cidadão, bem como podem ser apreciados pelos meios de comunicação de massa, cuja projeção, em larga escala, corrobora a exposição das temáticas envolvidas nas negociações internacionais realizadas pelo governo brasileiro. Desta feita, por meio das Notas à Imprensa, o MRE torna suas relações públicas mais sofisticadas, em uma significativa contribuição para a democratização da política externa.

A partir deste artigo, espera-se que futuras pesquisas possam aprofundar a análise da comunicação pública do MRE, em especial utilizando as NI como ferramentas de estudo sobre temas de política externa. Ademais, o monitoramento dos resultados da política externa brasileira pode revelar, em estudos posteriores, o quanto e como as preferências do governo Lula III foram concretizadas, levando em consideração os obstáculos domésticos e internacionais para a sua efetivação.

Referências

- ABNT. **NBR 14653/2011**. Avaliações de Bens Parte 2: Imóveis Urbanos. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://shre.ink/nlZL>. Acesso: 08 out. 2023.
- ALBUQUERQUE, F. L.; SARAIVA, M. G. Como mudar uma política externa. **CEBRI-Revista**. Ano. 1, nº 1, 2022.
- BALAKRISHNAN, R.; RUIZ, S. V. L.; SANTORO, M.; TOSCANI, F. G.; VARGAS, M. **Commodity Cycles, Inequality, and Poverty in Latin America**. Washington, DC: International Monetary Fund, 2021.
- BALAKRISHNAN, R.; TOSCANI, F. G. **How the Commodity Boom Helped Tackle Poverty and Inequality in Latin America**. IMF BLOG. Publicado em junho de 2018. Disponível em: <https://shre.ink/nlZG>. Acesso em: 16 jun. 2023.
- BALZACQ, T. The Three Faces of Securitization: political agency, audience and context. **European Journal of International Relations**, v. 11, nº 2, p. 171–201, 2005.
- BALZACQ, T. Constructivism and Securitization Studies. In: CAVELTY, Myriam; MAUER, Victor. **The Routledge Handbook of Security Studies**. Londres: Routledge, 2010.
- BALZACQ, T. **Securitization Theory**: how security problems emerge and dissolve. Nova York: Routledge, 2011.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <https://shre.ink/nlYR>. Acesso em: 10 jun. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 12.527/2011**. Diário Oficial da União, Brasília, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm. Acesso em: 10 jun. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 8.159/1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm. Acesso em: 4 mai. 2023.
- BRASIL. Diário Oficial da União: Atos do Poder Executivo. **Decreto de 4 de janeiro de 2023**. Disponível em: <https://shre.ink/nlZe>. Acesso em: 08 out. 2023.
- BREUNING, M. Do Leaders Shape Foreign Policy? In: **Foreign Policy Analysis**: comparative introduction. Nova York: Palgrave Macmillan, 2007.
- FIGUEIREDO FILHO, D.; ROCHA, E. C. da; SILVA JÚNIOR, J. A. da; PARANHOS, R. Causalidade e mecanismos em ciência política. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 18, n. 2, p. 10–27, 2013. DOI: 10.5433/2176-6665.2013v18n2p10. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/17664>. Acesso em: 23 nov. 2023.

- BOURDIEU, P. A opinião pública não existe. In: THIOLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social & enquête operária**. São Paulo: Polis, p. 1-12, 1980.
- BUZAN, B.; WAEVER, O.; WILDE, J. **Security: a new framework for analysis**, 1998.
- CAMARGO, Brígido; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: Um Software Gratuito para Análise de Dados Textuais. **Temas em Psicologia**, vol. 21, nº 2, 513-518, 2013.
- CAMARGO, Brígido. (2013) **Tutorial para Uso do Software de Análise Textual IRAMUTEQ**. Disponível em: www.iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais Acesso em 15 jul. 21
- CASARÕES, G. The First Year of the Bolsonaro's Foreign Policy. In: MORI, A. (org.) **Latin America and The New Global Order: dangers and opportunities in a multipolar world**. Milão: ISPI, 2020.
- CAREGNATO, R. C.; MUTTI, R. Pesquisa Qualitativa: Análise de Discurso *Versus* Análise de Conteúdo. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 15, nº 4, p. 679-684, 2006.
- CARLSNAES, W. Foreign Policy. In: **Handbook of International Relations**. Londres: SAGE PUBLICATION, p. 430-452, 2002.
- CERVI, E. Análise de Conteúdo Automatizada para Conversações em Redes Sociais Online: uma proposta metodológica. Trabalho apresentado no 42º Encontro Anual da ANPOCS, 2018.
- CERVO, A. L.; LESSA, A. C. Declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 57, nº 2, pp.133-151, 2014.
- CHEIBUB, Z.B. Diplomacia e construção institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica. **Dados**, v. 28, nº 1, 1985.
- DOWDING, K. Concepts and Conceptual Analysis. In: **The Philosophy and Methods of Political Science**. Nova York: Palgrave, 2016.
- DRISKO, J.; MASCHI, T. **Analysis Content**. Nova York: Oxford University Press, 2016.
- DUARTE, J. Instrumentos de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, p. 59-71, 2007.
- FARIA, C. A. P. Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, nº 2, 2008.
- FARIA, C. A. P. O Itamaraty e a política externa brasileira: do insulamento à busca de coordenação dos atores governamentais e de cooperação com os agentes societários. **Contexto Internacional**, v. 31, nº 2, 2012.
- FARIAS, R. S.; RAMANZINI JUNIOR, H. Reviewing horizontalization: the challenge of analysis in Brazilian foreign policy. **Revista Brasileira de Política Internacional**. v. 58, nº 2, 2015.
- FIGUEIREDO, R.; CERVELLINI, S. Contribuições para o conceito de opinião pública. **Opinião Pública**, v. 3, nº 3, 1995.
- GRIMMER, J.; STEWART, B. Text as Data: the promise and pitfalls of automatic content analysis methods for political texts. **Political Analysis**, v. 21, p. 267-297, 2013.
- HERMANN, M. How Decisions Units Shape Foreign Policy: a theoretical framework. **International Studies Review**, v. 3, nº 2, 2001. Disponível: <https://www.jstor.org/stable/3186565>. Acesso em: 01 jun. 2023.
- HIRST, M. A política externa de Lula 3.0 além do horizonte. In: **Cadernos Adenauer XXIV (2023)**, nº 1. Cem dias de Lula III Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2023.
- HIRST, M. **Aspectos Conceituais e Prática da Atuação do Brasil em Cooperação Sul-Sul**: os casos de Haiti, Bolívia e Guiné Bissau. Textos para Discussão 1687. IPEA. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://shre.ink/nlYw>. Acesso em: 29 mai. 2023.
- HIRST, M.; MACIEL, Tadeu. A política Externa do Brasil nos Tempos do Governo Bolsonaro. **SciELO Preprints**. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4771>. Acesso em: 02 out. 2023.
- HUDSON, V. M.; VORE, C. S. Foreign Policy Analysis Yesterday, Today, and Tomorrow. **Mershon International Studies Review**, v. 39, nº 2, 1995. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/222751>. Acesso em: 28 mai. 2023.
- KAARBO, J., LANTIS, J., BEASLEY, R. Analysis of Foreign Policy in Comparative Perspective. In: **Foreign Policy in Comparative Perspective: domestic and international influences on state behavior**. Londres: SAGE, 2013.
- KING, G. Replication, Replication. **Political Science and Politics**, v. 28, 1995.
- KING, Gary; KEOHANE, Robert; VERBA, Sidney. Descriptive Inference. In: **Designing Social Inquiry: scientific inference in qualitative research**. West Sussex: Princeton University Press, 1995.
- KRIPPENDORFF, K. **Content Analysis: an introduction to its methodology**. Londres: Sage Publications, 2004.

- LOPES, D. B. A política externa brasileira e a “circunstância democrática”: do silêncio respeitoso à politização ruidosa. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 54, n. 1, 2011. Disponível em: <https://shre.ink/nlMY>. Acesso em: 29 mai. 2023.
- LIMA, M. R. S. Aspiração Internacional e Política Externa. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, nº 82, 2005. Disponível em: <https://shre.ink/nlMw>. Acesso em: 04 jun. 2023.
- LIMA, M. R. S.; MOURA, G. A Trajetória do Pragmatismo: uma análise da política externa brasileira. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 25, nº 3, 1982.
- MANZUR, T. M. P. G. Opinião pública e política externa do Brasil do Império a João Goulart: um balanço historiográfico. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 42, n. 1, p. 30–61, jan. 1999. Disponível em: <https://shre.ink/nlMy>. Acesso em: 29 mai. 2023.
- MESQUITA, M. Textos Como Dados: introdução à Análise Automatizada de Conteúdo em pesquisas qualitativas. **Revista de Estudos Internacionais**, v. 13, nº 2, 2022. Disponível em: <https://shre.ink/nlMn>. Acesso em: 03 jun. 2023.
- MILANI, C.; PINHEIRO, L. Política Externa Brasileira: Os Desafios de sua Caracterização como Política Pública. **Contexto Internacional**, v. 35, nº 1, 2013.
- MILANI, C. Política Externa é Política Pública? **Insight Inteligência**, 2015. Disponível em: <https://shre.ink/nlMK>. Acesso em: 4 mai. 2023.
- MRE. Portarias de 27 de agosto de 1992. Gabinete do Ministro, Seção I. Disponível em: <https://shre.ink/nlMA>. Acesso em: 4 mai. 2023.
- MRE. Notas à Imprensa. Publicado em 2023a. Disponível em: <https://shre.ink/nlM5>. Acesso em: 4 mai. 2023.
- MRE. Discurso de posse da Embaixadora Maria Laura da Rocha no cargo de Secretária-Geral das Relações Exteriores - Palácio Itamaraty, Brasília, 4 de janeiro de 2023. Publicado em 2023b. Disponível em: <https://shre.ink/nlLT>. Acesso em: 27 set. 2023.
- NUNES, E. **A gramática política no Brasil**: clientelismo e insulamento burocrático. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- OLIVEIRA, H. A. Brasil-China: uma parceria predatória ou cooperativa? **Revista Tempo do Mundo**, v. 2, n. 1, 2016. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/53>. Acesso em: 02 jun. 2023.
- PINTO, V. C. P. **Métodos de pesquisa em Relações Internacionais**. São Paulo: Contexto, 2023.
- PUTNAM, R. Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games. **International Organization**, 42, nº 3, 1998.
- RISSE-KAPPEN, T. Public opinion, domestic structure, and foreign policy in liberal democracies. **World Politics**, v. 43, 1991.
- SARAIVA, J. F. S. Entre a Retórica e o Realismo: o peso da política exterior do Brasil de Vargas a Lula (1954-2005). In SARAIVA, J. F. S.; CERVO, A. L. (org.). **O Crescimento das Relações Internacionais no Brasil**. Brasília: IBRI, 2005.
- SARAIVA, M. G. O segundo mandato de Lula e a política externa: poucas novidades. **Carta Internacional**, v. 2, 2007. Disponível em: <https://shre.ink/nlMp>. Acesso em: 05 jun. 2023.
- SARAIVA, M. G. Política externa brasileira: as diferentes percepções sobre o Mercosul. **Civitas**, v. 10, 2010. Disponível em: <https://shre.ink/nlMs>. Acesso em: 04 mai. 2023.
- SARAIVA, M. G. Balanço da política externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras? **Relações Internacionais**, Lisboa, nº 44, 2014.
- SARAIVA, M. G.; VELASCO JUNIOR, P. A política externa brasileira e o “fim de ciclo” na América do Sul: para onde vamos? **Pensamento Próprio**. nº 44, 2017.
- SILVA, A. V. C. S.; SARAIVA, M. Gomes. Ideologia e pragmatismo na Política Externa de Jair Bolsonaro. **Relações Internacionais**, Lisboa, nº 64, 2019.
- SPEKTOR, M. “Diplomacia de transição”. **Folha de São Paulo**, 29 de outubro 2014. Disponível em: <https://shre.ink/nlYY>. Acesso em: 26 set. 2023.
- SOBEL, R. **The impact of public opinion on US foreign policy since Vietnam**. Oxford, Oxford University Press, 2001.
- TSE. Diretrizes para o programa de reconstrução e transformação do Brasil Lula Alckmin 2023-2026 - Coligação Brasil da Esperança. Publicado em agosto de 2022.
- VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, v. 29, nº 2, 2007.
- VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. A Política Externa de Lula: busca de autonomia pela diversificação. In: **A Política Externa Brasileira: a busca da autonomia**, de Sarney a Lula. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.

VIGEVANI, T.; DE OLIVEIRA, M. F.; CINTRA, R. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. **Tempo Social**, v. 15, nº 2, 2003.

VISENTINI, P. **BRICS: as potências emergentes: China, Rússia, Brasil e África do Sul**. Petrópolis: Vozes, 2013.

ZÉMOR, P. A comunicação pública. In: SILVA, Luiz Martins da. (Org.). **Comunicação pública**. Brasília: Casa das Musas, 2003.

Funções de colaboração exercidas	
Nayanna Sabiá de Moura:	Conceituação; Metodologia; Validação; Curadoria de dados; Administração do projeto; Visualização; Análise formal; Recursos; Software; Investigação; Supervisão; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);
Murilo Mesquita:	Conceituação; Metodologia; Validação; Curadoria de dados; Administração do projeto; Visualização; Análise formal; Recursos; Software; Investigação; Supervisão; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);
Julia Silva Rensi:	Conceituação; Metodologia; Validação; Curadoria de dados; Administração do projeto; Visualização; Análise formal; Recursos; Software; Investigação; Supervisão; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);

Informações fornecidas pelos autores de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)